

O ano inicia com uma montanha de incertezas

Mario Henrique Simonsen

EM matéria de futurologia, os economistas só acertam na mosca por acaso. Não apenas porque a economia é a ciência da surpresa, mas principalmente porque os governos podem lançar na contramão os palpites de qualquer futurólogo. O Plano Cruzado que o diga. Pode não ter sido um grande sucesso, pois para implantar um choque heterodoxo sem o indispensável pós-operatório ortodoxo não é preciso uma plêiade de PhDs: basta alguém que não entenda absolutamente nada de economia. A verdade, porém, é que o cruzado desmentiu toda a quiromancia do Natal de 1985, quando se previa para 1986 uma inflação de 300% a 400%, um crescimento de 5% a 6% e um superávit comercial de 12 ou 13 bilhões de dólares. A inflação caiu substancialmente, ainda que se computem os ágios que os índices de preços não conseguem captar. O crescimento foi bem maior, em função da explosão do consumo. O saldo comercial começou a evaporar-se no final do ano.

Isto posto, é inútil tentar fazer projeções para 1987. O ano se inicia com uma montanha de incertezas, muitas das quais terão que ser resolvidas pelo governo. Mais objetivo é listar os desafios que a economia brasileira terá que contornar no próximo ano.

O primeiro é evitar que a inflação corretiva, iniciada com o Cruzado II, e cujo ciclo está ainda longe de se completar, detone uma nova espiral de reajustes de preços e salários. É claro que, com austeridade monetária a qualquer custo, não há inflação que resista por muito tempo ao corte de oxigênio. Apenas essa receita ortodoxa produz o que o governo não quer, juros explosivos e recessão. Note-se que, nos últimos vinte e cinco anos, só houve no Brasil uma experiência de realinhamento corretivo de preços que não fez subir o patamar inflacionário, a do governo Castello Branco em 1964. Isso porque, na época, os reajustes salariais se desvincularam da inflação passada. É provável que, com a sugestão do pacto social, o governo esteja à busca de alguma solução para o problema, mas ninguém deve esperar que a CUT e a CGT aceitem qualquer fórmula salarial levemente aparentada com a do PAEG de vinte e dois anos atrás. Isto posto, corremos o risco de entrar num beco cuja única saída é ou a inflação galopante, a recessão, ou uma mistura de ambas. Há o perigo de que o governo tente resolver o problema por um congelamento. Sucede que, como diz Roberto Campos, para que um congelamento dê certo é preciso que o povo creia e o governo descreia da sua eficácia. O erro do Cruzado I foi o governo acreditar que havia descoberto a pólvora com o choque heterodoxo. Um "Cruzado III recongelante" talvez fosse mais cômico do que trágico.

O segundo desafio é renegociar a dívida externa, aliviando a transferência líquida de recursos para o exterior, e com isso nos permitindo ou consumir mais ou investir mais. Se a pretensão é com isso deixar de remeter 1% do PIB ou algo semelhante, a renegociação não chega a ser desesperadora. Afinal, entre os devedores do terceiro mundo, o Brasil é dos poucos bem comportados,

por uma razão básica: na década de 1970 nos endividamos para investir, substituindo importações e criando oportunidade de exportação, ao contrário do que fizeram nossos vizinhos da América Latina e do que hoje faz o maior devedor internacional de todos os tempos, os Estados Unidos, com a sua reaganomia: endividar-se para consumir. É possível que, lá pelas tantas, os credores insistam numa vigilância mais intensa da nossa economia pelo FMI, aparentemente recém-humanizado com a ascensão de Camdessus ao posto de Diretor-Gerente. O problema não é difícil de solucionar, já que na Nova República as palavras têm mais valor do que as idéias. Basta, para tanto, substituir as malfadadas cartas de intenção por novas e benfazejas "missivas programáticas". No mais, conseguiríamos reduzir apreciavelmente a transferência de recursos para o exterior se deixássemos a contramão da história que hoje nos leva a hostilizar o que até Gorbahev e Den-Xao-Ping acariciam: os capitais estrangeiros de risco. Mas há os nossos esquerdistas com o ideário de 1960, a lei de informática, e o projeto de constituição de nossa comissão de notáveis. Por último, resta-nos um recurso muito ao gosto de certos heterodoxos, que preferem a originalidade à sensatez: a moratória, bem ou mal-educada, conforme o gosto de cada um. É claro que, se isso desse certo, há milênios os devedores teriam aprendido a dar o calote nos credores, pois ninguém costuma entrar em êxtase ao devolver juros, principal ou ambos. E com isso, o mercado de crédito se teria extinguido por falta de candidatos a credores. Mas é claro que podemos tentar a experiência,



Mário Henrique Simonsen

como a do gaiato que acendeu um fósforo para verificar se havia gasolina no tanque do automóvel.

O terceiro desafio é manter as conquistas sociais do Plano Cruzado, que tanto melhorou o padrão de consumo dos brasileiros. Globalmente, não há resposta ao desafio, já que se deseja frear o consumo interno. Redistribuir a renda dos ricos para os pobres continua sendo um objetivo humanitário. É apenas de se esperar que a opção pelos pobres feita pela Nova República não caia nos caminhos simplórios que empobrecem de alto a baixo toda a população.

Por último, há o desafio de continuar mantendo algum crescimento econômico em 1987. No caso da agricultura isso é fácil, pois as safras de 1986 foram avarentíssimas. Na indústria o problema é mais complicado, pois a capacidade ociosa praticamente se esgotou em toda a economia, e tanto a Velha República nos últimos anos de vida, quanto a Nova, esquecerem-se de que para crescer sustentadamente é preciso investir boa parcela do PIB.

Em 1986 o choque heterodoxo driblou problemas difíceis com soluções fáceis. Em 1987, não mais dispomos do anestésico das soluções fáceis.